

**Conglomerado Prudencial Banco Confidence**

Demonstrações financeiras em  
30 de junho de 2014

## **Conteúdo**

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de propósito específico	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

## **Relatório da Administração**

Senhores Acionistas,

A Diretoria do Grupo Confidence, em cumprimento às disposições legais e estatutárias apresentamos aos acionistas as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2014, bem como as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. O Plano de Negócios definido pela Administração foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), quando da aprovação para a constituição do Grupo. Esse Plano de Negócios foi revisado no 2º semestre de 2011 e reapresentado ao Bacen.

A Administração acompanha periodicamente a evolução do plano versus os resultados atuais.

Em 11 de Abril de 2013 ocorreu a venda de 49% do Grupo Confidence para a Travelex e em 07 de janeiro de 2015 ocorreu a aprovação, pelo BACEN, dos 51% restantes referente a troca de controle acionário.

São Paulo, 26 de Junho de 2015

A Diretoria

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518  
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de propósito específico**

Aos Diretores e Acionistas do  
Banco Confidence  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Confidence (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Confidence em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Ênfase**

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam:

- a.** As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- b.** Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.



**Outros assuntos**

O Banco elaborou demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de agosto de 2014.

São Paulo, 26 de junho de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Fernando', written over a horizontal line.

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

## Conglomerado Prudencial Confidence

### Balancos patrimoniais em 30 de junho 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	Passivo	Nota	2014
<b>Circulante</b>		<b>410.261</b>	<b>Circulante</b>		<b>392.789</b>
<b>Disponibilidades</b>	(4)	185.537	<b>Depósitos em moeda estrangeira</b>	(12)	<b>66.385</b>
			Depósitos em Moeda Estrangeira		66.385
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	(4)	<b>14.649</b>	<b>Obrigações por Operações Compromissadas</b>	(13)	<b>10.002</b>
Aplicações No Mercado Aberto		14.649	Obrigações por Operações Compromissadas		10.002
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	(5)	<b>23.920</b>	<b>Relações interdependências</b>	(14)	<b>10.017</b>
Carteira Própria		19.878	Ordens de Pagamento em Moedas Estrangeiras		10.017
Vinculados à Prestação de Garantias		4.042	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	(15)	<b>353</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>184.728</b>	Instrumentos Financeiros Derivativos		353
Carteira de Câmbio	(6)	182.166	<b>Outras obrigações</b>		<b>306.032</b>
Diversos	(8)	2.562	Carteira de Câmbio	(6)	264.857
<b>Outros valores e bens</b>		<b>1.427</b>	Fiscais e Previdenciárias	(16)	6.638
Despesas Antecipadas	(9)	1.427	Negociação e Intermediação de Valores	(15b)	120
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>46.113</b>	Diversos		
<b>Outros Créditos</b>		<b>21.385</b>	Sociais e Estatutárias	(30b)	4.822
Devedores por Depósito em Garantia	(7)	21.385	Outras Provisões	(30c)	9.296
			Credores Diversos	(17)	20.299
			<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>1.368</b>
			<b>Outras obrigações</b>		<b>1.368</b>
<b>Permanente</b>		<b>24.728</b>	Diversos		
Imobilizado de uso	(10)	10.435	Sociais e Estatutárias	(30b)	1.368
Outras Imobilizações de Uso		22.339	<b>Patrimônio líquido atribuído ao controlador</b>		<b>23.774</b>
(-) Depreciações Acumuladas		(11.904)	Capital social		
Intangível	(11)	14.293	De Domiciliados No País		9.610
Ativos Intangíveis		22.160	Reserva legal		1.214
(-) Amortização Acumulada		(7.867)	Reservas de lucros		12.950
			<b>Participação de não controlador</b>		<b>38.443</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>456.374</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	(19)	<b>62.217</b>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>456.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Conglomerado Prudencial Confidence

## Demonstrações do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2014

*(Em milhares de Reais, exceto o Lucro líquido do período por ações)*

	Nota	2014
<b>Resultado da intermediação financeira</b>	(22)	<b>105.287</b>
Resultado de Operações de Câmbio		102.102
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.120
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		2.065
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>105.287</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(79.889)</b>
Receitas de Prestações de Serviços		1.528
Despesas de Pessoal	(25)	(29.799)
Despesas Administrativas	(26)	(46.375)
Despesas Tributárias	(30d)	(5.320)
Outras Despesas Operacionais	(24)	(4.493)
Outras Receitas Operacionais	(23)	4.570
<b>Resultado operacional</b>		<b>25.398</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(38)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e Participações</b>		<b>25.360</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	(27)	<b>(9.548)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(5.902)
Provisão para Contribuição Social		(3.646)
<b>Participações nos lucros e resultados</b>		<b>(1.951)</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>13.861</b>
<b>Resultado atribuído para:</b>		
Controlador		9.222
Não Controlador		4.639
<b>Quantidade de ações</b>		<b>27.610.000</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>0,5020</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Conglomerado Prudencial Confidence

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2014

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital realizado</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total</b>	<b>Participação de não controlador</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>9.610</b>	<b>753</b>	<b>9.389</b>	<b>-</b>	<b>19.752</b>	<b>40.704</b>	<b>60.456</b>
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>	-	-	-	9.222	9.222	4.639	13.861
Dividendos Distribuídos	-	-	(5.200)	-	(5.200)	(6.900)	(12.100)
Destinações:					-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	8.761	(8.761)	-	-	-
Reserva Legal	-	461	-	(461)	-	-	-
<b>Saldos em 30/06/2014</b>	<b>9.610</b>	<b>1.214</b>	<b>12.950</b>	<b>-</b>	<b>23.774</b>	<b>38.443</b>	<b>62.217</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Conglomerado Prudencial Confidence

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2014 - Método indireto

(Em milhares de Reais)

<b>Discriminação</b>	<b>2014</b>
<b>Atividades Operacionais</b>	
Lucro Líquido do Semestre	13.861
Depreciação e amortização	4.357
Outros ajustes	796
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	
<b>Ativo</b>	
(Aumento)/Redução em Carteira de Câmbio	(180.055)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(928)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(1.046)
(Aumento)/Redução em Negociação de Intermediação de Valores	262
<b>Passivo</b>	
Aumento/(Redução) em Depósitos em Moeda Estrangeira no país	(57.617)
Aumento/(Redução) em Operações Compromissadas	10.002
Aumento/(Redução) em Negociação e Intermediações de Valores	120
Aumento/(Redução) em Relações Interdependências	2.208
Aumento/(Redução) em Instrumentos Financeiros Derivativos	334
Aumento/(Redução) em Carteira de Câmbio	216.945
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	9.404
Disponibilidades líquidas geradas por atividades operacionais	<u>18.642</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.532)
Aquisição de Intangível	<u>(2.472)</u>
Disponibilidades líquidas utilizadas nas atividades de investimentos	<u>(4.004)</u>
<b>Atividades de financiamento</b>	
Pagamentos de Dividendos	<u>(12.100)</u>
Disponibilidades líquidas geradas (utilizadas) nas atividades de financiamentos	<u>(12.100)</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.538</u>
Modificações na posição financeira de Caixa e Equivalentes de Caixa	
No início do Semestre	<u>197.648</u>
No final do Semestre	<u>200.186</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.538</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Grupo Confidence “Conglomerado” (composto pelo Banco Confidence de Câmbio S.A. e pela Confidence Corretora de Câmbio S.A.), vem operando no mercado de câmbio desde a constituição da Confidence Corretora de Câmbio S.A. (Corretora) em 31 de janeiro de 2001. A Corretora tem como objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio, de acordo com o disposto na regulamentação vigente. O Banco Confidence de Câmbio S.A. (Banco) foi constituído em 5 de novembro de 2009 e o Banco Central do Brasil (Bacen) concedeu autorização para o funcionamento em 26 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial de 29 de janeiro de 2010. O Banco tem como objeto social a compra e venda de moeda estrangeira; transferência de recursos para o exterior; financiamento de importação e exportação; adiantamento sobre contratos de câmbio; outras operações, inclusive de prestação de serviços, previstas na regulamentação do mercado de câmbio; atuar no mercado financeiro, no país, inclusive em bolsas de mercadorias e de futuros, bem como em mercados de balcão, para realização de operações, por conta própria, referenciadas em moedas estrangeiras ou vinculadas a operações de câmbio; efetuar depósitos interfinanceiros, observada a regulamentação aplicável; e realizar outras atividades que vierem a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A estratégia do Banco é atuar no atacado de Bank Notes (importação e logística) para venda a corretoras de câmbio, operações com corretoras de câmbio, utilizando as CCMEs (Contas Corrente em Moeda Estrangeira) para operações de Simplex e câmbio pronto para todas as naturezas de financeiro, além de importação e exportação.

O Plano de Negócios definido pela Administração foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), quando da aprovação para a constituição do Banco. Esse Plano de Negócios foi revisado no 2º semestre de 2011 e reapresentado ao Bacen. A Administração acompanha periodicamente a evolução do plano versus os resultados atuais.

Em 2012, o Banco Central do Brasil autorizou a compra de 49% do Grupo Confidence pela Travelex Limited, de Londres, sendo que essa transação foi efetivada em 11 de abril de 2013. A diretoria do Conglomerado aprovou o ingresso da Travelex Limited, no grupo de controle societário do Grupo Confidence, em 14 de março de 2013, conforme decreto oficial publicado no diário oficial da união. E em 07 de janeiro de 2015 ocorreu a aprovação, pelo BACEN, dos 51% restantes referente a troca de controle acionário.

### **2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial**

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial. O § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701/2014, do BACEN, faculta a apresentação comparativa das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial relativas às datas-bases anteriores a 30 de junho de 2014, assim, a administração da Instituição optou pela faculdade prevista e essas demonstrações não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades que possuem o mesmo controlador final, pelo fato de terem a mesma administração ou gerência comum e pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial:

- Banco Confidence de Câmbio S.A
- Confidence Corretora de Câmbio S.A

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 26 de junho de 2015.

### **3 Descrição das principais práticas contábeis**

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

#### **a. Apuração dos resultados**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moedas estrangeiras, as quais são calculadas com base no método linear.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por disponibilidades em moedas estrangeiras, numerário em custódia junto a empresa especializada, aplicações em moedas estrangeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e aplicações em operações compromissadas - posição de bancada cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

**c. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, com aplicações em Reais e em Moeda Estrangeira convertida para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

**d. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração do Conglomerado em três categorias distintas:

- (i) Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Em 30 de junho de 2014, o Conglomerado não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii).

A metodologia de avaliação a mercado dos títulos baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores de mercado são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração do Conglomerado.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

**e. Operações de câmbio**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período na rubrica “Resultado de Operação de Câmbio”.

**f. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, por modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos que, classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade, são utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de hedge, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; os instrumentos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

Em 30 de junho de 2014, o Conglomerado não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nas categorias descritas nos itens (i) e (ii).

**g. Ativo permanente**

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e
- Sistemas de processamento de dados - 20%.

O ativo intangível é registrado pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

**h. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução no 3.823/09 do CMN, sendo:

- (i) **Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

- (ii) **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração do Conglomerado, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e
- (iii) **Obrigações legais** - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2014 não existem valores reconhecidos nas demonstrações financeiras aplicáveis aos itens (i) e (iii).

**i. Provisão para imposto de renda/contribuição social**

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, quando houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3355 de 31 de março de 2006 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- a. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- b. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Em 30 de Junho de 2014 não existem créditos tributários ativados.

**j. Redução no valor recuperável de ativos (impairment)**

Ao final de cada período, o Conglomerado avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo e o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Conglomerado testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Não foram identificados indícios de perdas por impairment em 30 de Junho de 2014.

## 4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	<b>30/06/2014</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>185.537</b>
- Caixa	12.045
- Disponibilidade em moeda nacional (1)	3.852
- Disponibilidade em moeda estrangeira (2)	114.973
- Reservas livres (3)	167
- Outras disponibilidades (4)	54.500
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>14.649</b>
- No mercado aberto - Posição Bancada (5)	14.649
<b>Total</b>	<b><u>200.186</u></b>

- (1) Refere-se a moedas em poder de outros bancos nacionais.
- (2) Refere-se a moedas estrangeiras em poder de outros bancos, sendo os principais o Commerz Bank, o Bank of America/NY e em custódia junto a empresa especializada em guarda de valores (“Brinks”).
- (3) Valores em poder do Banco Central do Brasil.
- (4) Valores em custódia junto a empresa especializada em guarda de valores (“Brinks”) (Reais).
- (5) Refere-se a aplicações em operações compromissadas.

## 5 Títulos e valores mobiliários

### a. Composição por classificação e prazos

	<b>30/06/2014</b>		
<b>Para negociação</b>	<b>De 91 a 360 dias</b>	<b>Acima de 1 ano</b>	<b>Total</b>
<b>Letras Financeiras do Tesouro</b>			
Carteira Própria	5.052	14.826	19.878
Vinculados à Prestação de Garantias	1.814	2.228	4.042
<b>Total</b>	<b>6.866</b>	<b>17.054</b>	<b>23.920</b>



**b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários**

**Letras Financeiras do Tesouro**

30/06/2014				
Discriminação	Vencimento	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado (contábil) (1)
Carteira Própria	07/03/2015	816	5.062	5.052
Carteira Própria	07/09/2016	510	3.166	3.157
Carteira Própria	01/03/2019	264	1.640	1.634
Carteira Própria	01/09/2018	1.085	6.747	6.717
Carteira Própria	01/03/2019	536	3.330	3.318
Vinculados à Prestação de Garantia	07/03/2015	41	254	254
Vinculados à Prestação de Garantia	07/03/2015	72	447	446
Vinculados à Prestação de Garantia	07/03/2015	180	1.117	1.114
Vinculados à Prestação de Garantia	01/09/2018	360	1.957	2.228
<b>Total</b>		<b>3.864</b>	<b>23.720</b>	<b>23.920</b>

- (1) O Valor de Mercado/Contábil dos Títulos e Valores Mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado (divulgada pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) na data de fechamento do balanço. Todos os títulos públicos estão registrados na Selic.

**6 Carteira de câmbio**

30/06/2014	
<b>Outros créditos</b>	<b>182.166</b>
- Câmbio comprado a liquidar	105.908
- Direitos sobre vendas de câmbio	89.465
- (-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(13.356)
- Outros	149
<b>Outras obrigações</b>	<b>(264.857)</b>
- Câmbio vendido a liquidar	(89.131)
- Obrigações por compras de câmbio	(106.045)
- (-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	950
- Obrigações por vendas de Câmbio (1)	(70.631)
<b>Posição líquida de câmbio</b>	<b>(82.691)</b>

- (1) Referem-se às operações que estavam aguardando o fechamento do câmbio com liquidação para D+2.

**7 Devedores por depósitos em garantia**

Refere-se a valores depositados para a Mastercard no montante de R\$ 3.556 e VISA no montante de R\$ 17.829 a título de garantia das operações de intercâmbio dos cartões pré-pagos.

## 8 Outros créditos - Diversos

Descrição	30/06/2014
Adiantamentos e Antecipações Salariais	271
Impostos e Contribuições a Compensar	49
Pagamentos a Ressarcir	8
Depósito Judicial	290
Devedores Diversos - País (1)	<u>1.944</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.562</u></b>

- (1) Refere-se a valores a receber da Visa e Mastercard derivados de comissões de incentivo de venda de cartões destas bandeiras.

## 9 Outros valores e bens

Descrição	30/06/2014
Projeto Emissão de Cartões Pré-Pagos (1)	830
Despesas com Propaganda e Publicidade a Apropriar	495
Seguros a Apropriar	33
Outros	<u>69</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.427</u></b>

- (1) Projetos Emissão de Cartões Pré-Pagos Banco Confidence.

## 10 Imobilizado de uso

### a. Composição do imobilizado de uso

	30/06/2014		
	Custo	Depreciação	Valor residual
- Instalações, Móveis e Equipamentos	15.891	(7.583)	<b>8.308</b>
- Veículos	1.644	(1.244)	<b>400</b>
- Benfeitorias	18	(5)	<b>13</b>
- Sistema de Processamento de Dados	<u>4.786</u>	<u>(3.072)</u>	<u><b>1.714</b></u>
<b>Total</b>	<b>22.339</b>	<b>(11.904)</b>	<b>10.435</b>

### b. Movimentação do imobilizado de uso no período

	01/01 a 30/06/2014
<b>Saldo inicial</b>	<b>10.511</b>
Aquisições	1.532
Depreciação	<u>(1.608)</u>
<b>Saldo final</b>	<b><u>10.435</u></b>

## 11 Intangível

### a. Composição do intangível

	30/06/2014		
	Custo	Amortização	Valor residual
- Desenvolvimento e Aquisição de Sistemas (1)	3.076	(1.221)	1.855
- Fundo de Comércio	10.008	(3.914)	6.094
- Software	9.076	(2.732)	6.344
	22.160	(7.867)	14.293

### b. Movimentação do intangível no período

	01/01 a 30/06/2014
<b>Saldo inicial</b>	<b>15.366</b>
Aquisições	2.472
Transferência	(796)
Amortização	(2.749)
	<b>14.293</b>

## 12 Depósitos em moeda estrangeira

	30/06/2014
SACS Administradora de Cartões S.A.	29.582
Outros Clientes	36.803
	<b>66.385</b>

## 13 Obrigações por obrigações compromissadas

	30/06/2014
Obrigações vinculadas à recompra de operações compromissadas (i)	10.002
	10.002

(i) Referem-se a operações de venda com compromisso de recompra, lastreada em títulos públicos da carteira própria.

## 14 Relações interdependências

Referem-se à ordens de pagamento em moeda estrangeira de terceiros pendentes de liquidação na data do balanço, liquidadas no mês subsequente no montante de R\$ 10.017.

## 15 Instrumentos financeiros derivativos

### a. Composição das operações de Swap Forex

30/06/2014				
Valor de mercado (Notional)				
Posição ativa	Posição passiva		Diferencial a (pagar)/receber	
USD	1.086	NZD	1.177	(91)
JPY	771	USD	801	(30)
CHF	1.168	USD	1.190	(22)
USD	1.798	GBP	1.889	(91)
USD	987	AUD	1.049	(62)
JPY	881	USD	888	(7)
USD	3.015	EUR	3.067	(52)
USD	577	NZD	579	(2)
CAD	703	USD	704	(1)
USD	1.883	GBP	1.875	8
CAD	939	USD	940	(1)
CHF	976	USD	978	(2)
USD	623	AUD	623	-
<b>Total</b>	<b>15.407</b>		<b>15.760</b>	<b>(353)</b>

Refere-se a operações com o MIGBANK e são registradas na CETIP S.A Mercados Organizados, precificadas pela variação da moeda em relação a taxa de compra/venda. O resultado de swap em 30 de junho de 2014 foi de R\$ (333).

### b. Composição dos contratos de futuros

Descrição	30/06/2014	
	Ajuste diário a receber/(pagar)	Valor referencial
Contratos Futuros USD - BM&F	(120)	21.171
<b>Total</b>	<b>(120)</b>	<b>21.171</b>

O objetivo da realização dessas operações de derivativos é se proteger em relação a exposição do câmbio de forma a minimizar os riscos em nossas operações.

## 16 Obrigações fiscais e previdenciárias

<b>Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>30/06/2014</b>
Impostos e Contribuição Sobre o Lucro a Pagar	2.604
PIS/COFINS/ISS à Recolher	1.193
IOF - Imposto s/Operações Financeiras	1.476
Impostos e Contribuições Sobre Salários	1.142
Outros	223
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
<b>Total</b>	<b>6.638</b>

## 17 Credores diversos

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2014</b>
Depósitos em Moeda Nacional (1)	14.189
Provisão para passivos contingentes (Nota 18)	1.183
Seguro Viajante	284
Credores Diversos (2)	1.824
Devolução de Créditos Indevidos	55
Créditos não Identificados (3)	1.300
Obrigações por Operações de Cambio Realizadas (4)	1.464
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
<b>Total</b>	<b>20.299</b>

- (1) Refere-se ao saldo de contas de clientes em Reais para a contratação de operações com liquidação de câmbio em D+2.
- (2) Refere-se ao valor de adiantamento da Access Prepaid Worldwide e Money Gram Payment Systems e numerários em trânsito de empresa especializada em guarda e transporte de valores (“Brinks”).
- (3) Refere-se aos valores recebidos de clientes, porém pendentes de identificação.
- (4) Refere-se às operações identificadas pendentes de liquidação (operações não concluídas).

## 18 Outras provisões - Contingências

### a. Composição dos passivos contingentes classificados por categoria de risco provável e possível

	<u>30/06/2014</u>	
	<b>Provável</b>	<b>Possível</b>
Contingências trabalhistas	865	2.341
Contingências cíveis	216	1.366
Contingências tributárias	102	-
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
<b>Total</b>	<b>1.183</b>	<b>3.707</b>
	<hr style="border-top: 3px double black;"/>	<hr style="border-top: 3px double black;"/>

**b. Movimentação dos passivos contingentes no período**

	30/06/2014			
	Trabalhista	Cível	Tributárias	Total
Saldo inicial	811	266	94	1.171
Constituição	54	2	8	64
Reversão	-	(52)	-	(52)
Saldo final	865	216	102	1.183

**19 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

Em 30 de junho de 2014, o Capital Social do Banco é representado por 9.610.000 (novem milhões e seiscentos e dez mil) ações sem valor nominal e o Capital Social da Corretora é representado por 18.000.000 (dezoito milhões) ações sem valor nominal. Reserva legal.

**b. Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 30 de junho de 2014 o Banco constituiu R\$ 461, totalizando R\$ 1.214 de Reserva legal e a Corretora constituiu R\$ 232, totalizando R\$ 2.619 de Reserva legal.

**c. Dividendos**

O Estatuto Social vigente do Conglomerado prevê a distribuição anual de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido apurado no exercício social após deduzido a constituição sobre a Reserva legal. Adicionalmente, também é previsto a distribuição de dividendos intermediários após aprovação em assembléia.

Em Reunião do Conselho de administração do Banco realizada em 23 de abril de 2014 foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 5.200 e na Corretora em Reunião realizada em 23 de abril de 2014 foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 6.900.

**d. Reserva de lucros**

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros do Conglomerado, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração.

Em 30 de junho de 2014 o Banco constituiu R\$ 8.761, totalizando R\$ 12.950 de Reserva de lucros e a Corretora constituiu R\$ 4.407, totalizando R\$ 17.824 de Reserva de lucros.

**20 Gerenciamento de riscos e capital**

**Risco operacional**

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional do Conglomerado prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle e planos de ação para a mitigação de riscos operacionais.

A Metodologia de Gestão de Riscos Operacionais e Controles adotada pelo Conglomerado, tem o objetivo de assegurar que:

- A estrutura de controles seja constantemente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados aos riscos não controlados e/ou às atividades de controle desnecessárias;
- Os objetivos do processo de gestão de riscos e os papéis, funções e responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da instituição sejam compreendidos por todos os funcionários;
- As áreas compreendam o papel, objetivos, funções e responsabilidades da área de Riscos e Controles Internos, enquanto ferramentas de controle independentes criadas dentro da Instituição; e,
- Os objetivos estratégicos do Conglomerado sejam atendidos.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado.

Os principais riscos de mercado, aos quais o Conglomerado está exposto, são:

- **Risco Cambial:** Os riscos em ativos e passivos referenciados em moedas estrangeiras, principal foco de negociação do Conglomerado, são apurados de acordo com a Circular 3389 do Bacen.
- **Juros Pré:** Para os ativos e passivos expostos ao risco de taxas de juros pré-fixados, os cálculos de risco são feitos de acordo com as instruções contidas na Circular 3361 e Carta-Circular 3309 do Bacen.
- **Cupom Cambial:** Para os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de moedas, em que há uma parcela de risco pré-fixado em combinação com os riscos decorrentes da variação do preço de moedas, realiza-se o cálculo com base na Circular 3362 do Bacen.
- **Cupom de Inflação:** Os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de inflação são calculados de acordo com a Circular 3363 do Bacen.
- **Cupom de Juros:** Os ativos e passivos expostos ao risco de cupom de juros são calculados de acordo com a Circular 3364 do Bacen.
- **Risco de Ações:** Os riscos de ativos e passivos constituídos por ações ou instrumentos financeiros derivativos cujo ativo objeto sejam ações, são apurados de acordo com a Circular 3366 do Bacen.
- **Risco de Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os riscos de ativos e passivos constituídos por instrumentos financeiros derivativos, operados no mercado de Futuros da BM&F Bovespa, não são objeto de negociação por parte do Conglomerado, entretanto, se no futuro vier a operar carteira própria em tais derivativos, apurará os riscos aos quais estiver exposto, conforme Carta-Circular 3.498 do Bacen.

## **Capital**

O Banco Confidence de Câmbio S.A., empresa líder do conglomerado financeiro que consolida as operações próprias e da Confidence Corretora de Câmbio, em atendimento ao que foi estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução CMN 3.988, de 30 de junho de 2011, bem como normas complementares do Banco Central do Brasil, implantou sua Estrutura de Gerenciamento de Capital, compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos nas operações realizadas pelo grupo, com o propósito de controlar e projetar o Patrimônio de Referência, bem como o Patrimônio de Referência Exigido, num cenário de três anos.

Para operacionalizar tal gerenciamento, adquiriu junto a fornecedor especializado na gestão de riscos e de capital, o sistema Forecapital que permite a importação de balanços e relatórios de limites operacionais, cadastramento de parâmetros econômico-financeiros e do planejamento estratégico, cujo produto final é a projeção de balancetes, balanços, demonstrações do resultado de exercício, demonstrações de fluxos de caixa, demonstrações de limites operacionais para um cenário de trinta e seis meses, permitindo a comparação do que foi projetado com o realizado, tanto de demonstrações financeiras quanto de demonstrações dos limites operacionais, disponibilizando para os responsáveis pelo gerenciamento de capital, relatórios e gráficos que auxiliam na tomada de decisão por parte da diretoria do grupo, inclusive pela análise de cenários de estresse e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos assumidos. As informações estão disponíveis para os responsáveis pelo gerenciamento de capital, diretoria do grupo, auditores internos e externos, bem como para o Banco Central do Brasil.

## **21 Limites operacionais - Basileia**

Em 30 de junho de 2014, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia III) do Conglomerado é apurado de forma consolidada e é de 15,54%.

## **22 Resultado da intermediação financeira**

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>
Resultado de Operação de Câmbio (1)	102.102
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (2)	1.120
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	<u>2.065</u>
<b>Total</b>	<b><u>105.287</u></b>

- (1) Refere-se ao resultado auferido nas operações de câmbio, oriundo da variação e diferença de cotação das moedas.
- (2) Refere-se a rendas com títulos públicos (Letras Financeiras do Tesouro) e rendas de aplicações em operações compromissadas.
- (3) Refere-se ao resultado de operações de contratos futuros e swaps.



## 23 Outras receitas operacionais

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>
Receita de Variação Cambial	2.097
Receita de Operações Cambiais e documentos a prazo	11
Outras Receitas Operacionais	2.462
<b>Total</b>	<b>4.570</b>

## 24 Outras despesas operacionais

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>
Despesas de Variação Cambial (1)	(4.436)
Despesas de Operações e Variações e Taxas	(16)
Outras Despesas Operacionais	(41)
<b>Total</b>	<b>(4.493)</b>

(1) Refere-se a Variação Cambial do contratos da Mastercard e Visa.

## 25 Despesas de pessoal

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>
Despesa de Pro Labore	(1.928)
Benefícios	(6.982)
Encargos Sociais	(5.703)
Proventos	(15.019)
Treinamento	(159)
Estagiário	(8)
<b>Total</b>	<b>(29.799)</b>

## 26 Despesas administrativas

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>
Despesas de Água, Energia e Gás	(206)
Despesas de Aluguéis	(10.530)
Despesas de Comunicações	(2.170)
Despesas de Manutenção e Conservação	(691)
Despesas de Material	(415)
Despesas de Processamento de Dados	(1.121)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(60)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.167)
Despesas de Publicações	(74)
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	(7.494)
Despesas de Prestação de Serviço	(252)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(5.422)
Despesas de Transportes	(11.262)
Despesas de Viagens	(481)
Despesas de Amortização e Depreciação	(4.356)
Outras Despesas Administrativas	(674)
<b>Total</b>	<b>(46.375)</b>

## 27 Imposto de renda e contribuição social

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social</b>	<b>23.410</b>
<b>Encargos à alíquota nominal vigente</b>	<b>9.340</b>
<b>Adições / (Exclusões)</b>	<b>900</b>
Prejuízo fiscal	-
Provisão para contingências	9
Provisão para obrigações fiscais	2
Provisão para pagamentos	723
Outras	166
<b>Imposto de Renda corrente</b>	<b>5.902</b>
IRPJ (15%)	3.646
Adicional (10%)	2.407
Incentivo Fiscal - PAT	(151)
<b>Contribuição Social corrente</b>	<b>3.646</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social total</b>	<b>9.548</b>

Em 30 de junho de 2014 não houve saldo de crédito tributário não constituído.

## 28 Remuneração da administração

Definição da alta direção: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos os integrantes da diretoria do Conglomerado.

Política: O Conglomerado possui uma política global de remuneração dos membros da diretoria, composta por parcelas fixas, definido em assembleia.

	<b>01/01 a 30/06/2014</b>
Proventos	2.897
Benefícios	301
Encargos sociais	651
<b>Total</b>	<b>3.849</b>

Outras informações: (1) Conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre membros da diretoria e Conglomerado. (2) O Conglomerado não possui nenhum benefício no que se refere à plano de previdência estendida aos seus administradores.

## 29 Partes relacionadas

### 1. Objetivo

A Política de Transações com Partes Relacionadas (“Política”) tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, preservando a transparência do processo e alinhando os interesses do Conglomerado às práticas de governança corporativa.

### 2. Definição de partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução no 3750, de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas são as seguintes: SACS Administradora de Cartões S/A e Tihum Tecnologia Ltda.

### 3. Formalização de transações com partes relacionadas

A diretoria executiva do Conglomerado atua de forma a garantir que as transações com partes relacionadas:

- sejam celebradas por escrito, especificando-se no respectivo instrumento as suas principais características, especialmente a forma de contratação (preço global, preço unitário ou prestação de serviços por cobrança de percentual de administração), preços, prazos, garantias de prazo de execução e de qualidade, impostos e taxas, condições de subcontratação, direitos e responsabilidades;
- sejam realizadas em condições de mercado ou, quando não haja parâmetro de mercado, de negociações assemelhadas anteriores;
- sejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras, nos prazos e conforme regulamentação em vigor.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	<b>30/06/2014</b>
	<b>Ativo / (Passivo)</b>
SACS Administradora de Cartões S/A.(1)	(95.101)
	<b>Receita / (Despesa)</b>
Tihum Tecnologia Ltda.(2)	(2.427)
SACS Administradora de Cartões S/A. (3)	167
(1) Refere-se a Depósito em Moeda Estrangeira no País registrado na rubrica de “Depósitos em Moedas Estrangeiras” e às cargas dos cartões VTM em Moedas Estrangeiras, registrado na rubrica de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio.	
(2) Refere-se a acordo de compartilhamento de custos entre empresas do grupo que encontra-se registrado na rubrica de “Despesas Administrativas - Despesas com Processamento de Dados”.	
(3) Refere-se ao repasse de débito recebido pela SACS S.A. e comissão (Acordo Operacional com a Corretora).	

### **30 Outras informações**

- a. A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Lei nº 12.973/14, de 13 de Maio de 2014 e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”). Embora a Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não optou pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração e de seus consultores não foram identificados impactos relevantes decorrentes da Lei nº 12.973/14 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2014.
- b. Em 30 de Junho de 2014 a rubrica de obrigações sociais e estatutárias apresentava um saldo de R\$ 6.190 referente à provisão de férias, 13º salários e encargos e Bônus a pagar.
- c. Em 30 de Junho de 2014 a rubrica de “Outras Provisões” apresentava o saldo de R\$ 9.296 referente a Contas a Pagar de R\$ 5.403, PLR de R\$ 1.358 e Outros de R\$ 2.535.
- d. Em 30 de Junho de 2013 a rubrica de despesas tributárias apresentava o saldo negativo de R\$ 5.320, referente a tributos municipais e sobre faturamento.

### **31 Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

A Travelex Limited adquiriu os 51% restantes do Grupo Confidence em 07 de janeiro de 2015 assumindo o controle acionário conforme Carta Bacen.